

Banco Semear S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, atua em todo o território brasileiro nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua junto a empresas de pequeno e médio porte sendo operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas.

Durante o 2º semestre de 2018, em função da incerteza política e econômica do País antes das eleições, o Banco tomou a decisão de deixar o caixa mais elevado, através de incentivo a captações e diminuição das operações de crédito pela adoção de medidas mais rígidas em suas políticas de concessão de crédito. Com a definição das eleições, esperava-se um comportamento mais acelerado da economia, o que não se concretizou durante o 1º semestre de 2019.

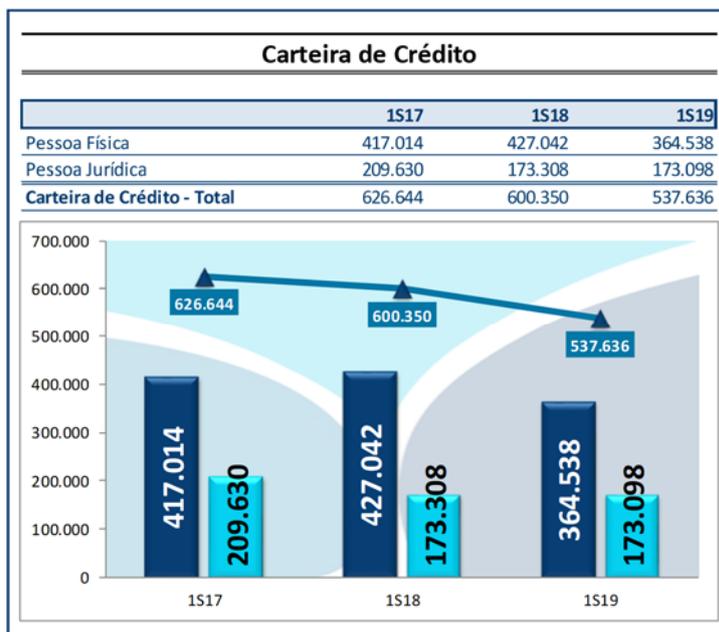
Assim, neste semestre, o Banco focou no aumento da liquidez, melhora do índice de Basileia, uma adequada gestão de controle dos custos e aprimoramento do processo de concessão de crédito.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

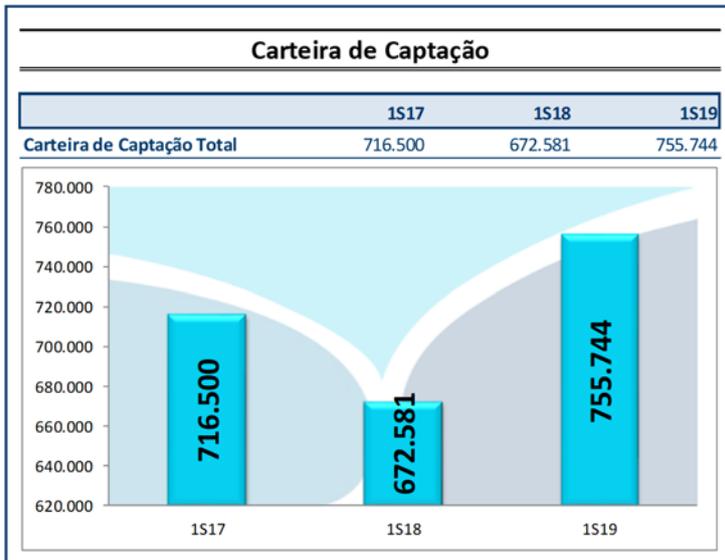
Carteira de crédito:

No 1º semestre de 2019, a carteira de crédito Pessoa Física representou 67,8% da carteira total, sendo os principais produtos 40,7% de Crédito Direto ao Consumidor, 14,3% de Carteira Imobiliária e 12,8% de Empréstimo Pessoal. A carteira de Pessoa Jurídica está distribuída, principalmente, na carteira de Capital de Giro (30,7%) e Aquisição de Recebíveis (1,5%). Comparando o 1º semestre de 2019 com o período anterior, a carteira de crédito reduziu em 10,4%.



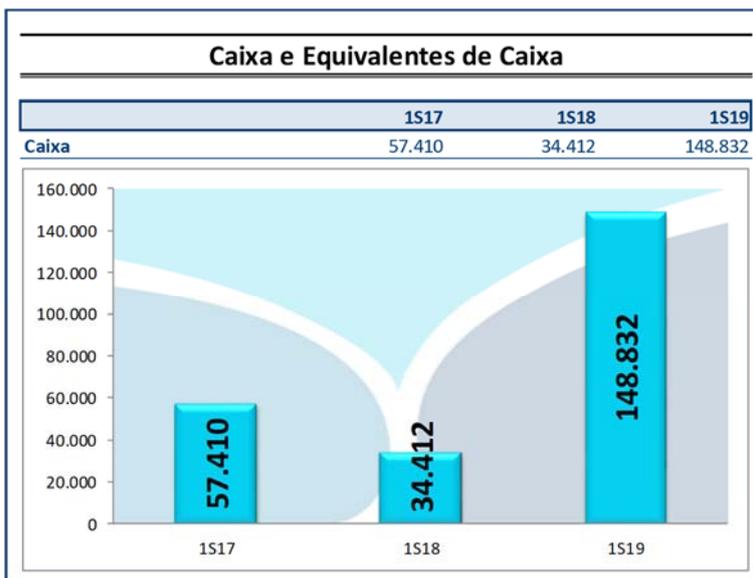
Captações

Nas captações, tivemos um acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 755,7 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.



Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e equivalente de caixa do Banco teve um incremento de 332,5%, passando de R\$ 34,4 milhões no 1º semestre de 2018 para R\$ 148,8 milhões no 1º semestre de 2019.



Desempenho Econômico Financeiro

Lucro Líquido

Durante o 1º semestre de 2019, o Banco obteve lucro líquido no montante de R\$ 1,65 milhão, redução de 89,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 1,4% a.a., redução de 11,9 p. p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

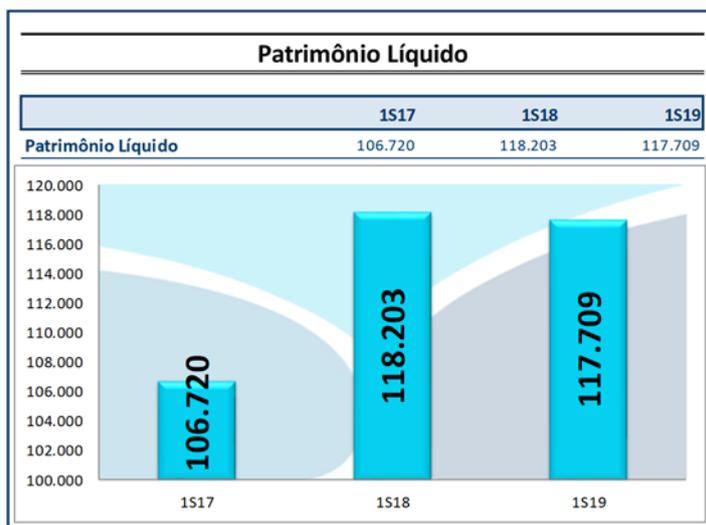
Resultado bruto de intermediação financeira

No 1º semestre de 2019, o resultado bruto de intermediação financeira reduziu em relação ao mesmo período de 2018 passando de R\$ 45,3 milhões para um valor de R\$ 24,7 milhões.

Desempenho Patrimonial

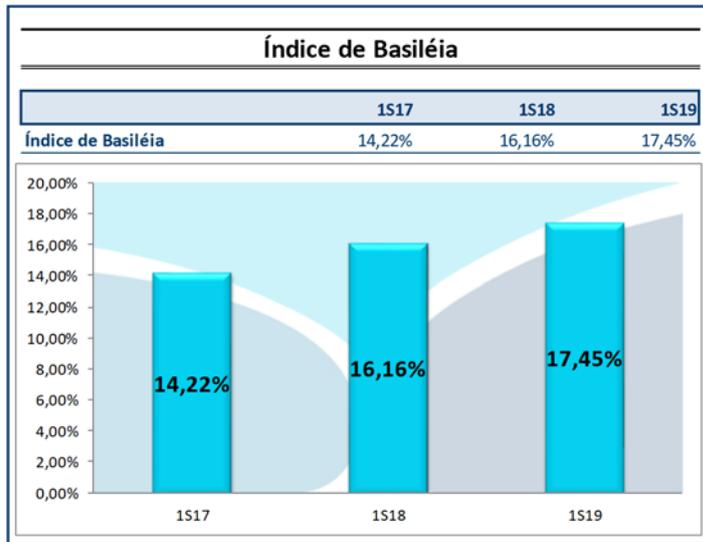
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o 1º semestre de 2019 em R\$ 117,7 milhões, contra um montante de R\$ 118,2 milhões no 1º semestre de 2018.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no 1º semestre de 2019 foi de 17,45%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios. Este índice teve um acréscimo de 1,29 p. p. em relação ao 1º semestre de 2018.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimento

Os resultados alcançados neste período, face ao forte investimento para o nosso processo de digitalização definido em nosso planejamento estratégico e a um contexto de mercado com pequeno crescimento, refletem uma gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios e ensejam em uma ótima perspectiva para os semestres seguintes.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

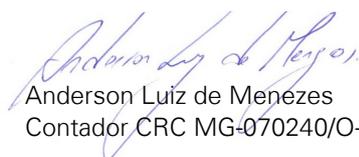
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Banco Semear S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		751.935	659.498
Disponibilidades	4	2.409	1.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	146.724	33.303
Aplicações no mercado aberto		146.423	33.002
Aplicações em depósitos interfinanceiros		301	301
Títulos e valores mobiliários	6	131.031	93.279
Carteira própria		130.970	93.222
Vinculados ao Banco Central		61	57
Relações interfinanceiras		989	886
Depósitos no Banco Central		307	307
Pagamento e recebimentos a liquidar		452	523
Correspondentes		230	56
Operações de crédito	7	403.049	439.797
Setor privado		426.437	463.915
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(23.388)	(24.118)
Outros créditos	8	29.690	56.123
Outros valores e bens	9	38.044	34.700
Outros valores e bens		36.528	31.674
Despesas antecipadas		1.516	3.026
Não circulante		168.238	182.361
Realizável a longo prazo		166.907	181.328
Operações de crédito	7	24.583	24.644
Setor privado		26.298	27.811
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.716)	(3.167)
Outros créditos	8	138.520	153.513
Outros valores e bens	9	3.804	3.171
Despesas antecipadas		3.804	3.171
Permanente		1.331	1.033
Investimentos		126	-
Imobilizado de uso		655	502
Intangível		550	531
Total do ativo		920.173	841.859

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante		200.405	392.492
Depósitos	10	167.712	345.736
Depósitos à vista		8.134	6.611
Depósitos a prazo		159.578	339.125
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	12.497	21.665
Relações interfinanceiras		213	168
Outras obrigações	11	19.615	24.293
Receitas antecipadas		368	630
Não circulante		602.059	331.164
Depósitos	10	575.535	305.180
Depósitos a prazo		575.535	305.180
Outras obrigações	11	25.666	24.496
Receitas antecipadas		857	1.488
Patrimônio líquido	12	117.709	118.203
Capital social		104.119	104.119
Reserva legal		2.112	1.924
Reserva de retenção de lucro		11.478	12.160
Total do passivo e do patrimônio líquido		920.173	841.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.**Demonstrações de resultados****Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018****(Em milhares de Reais)**

	Nota	2019	2018
Receitas de intermediação financeira		<u>76.361</u>	<u>86.568</u>
Operações de crédito	7g	60.893	72.073
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5c	6.026	981
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	3.868	2.865
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7g	5.574	10.649
Despesas de intermediação financeira		<u>(51.709)</u>	<u>(41.303)</u>
Operações de captação no mercado	10c	(32.048)	(27.172)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7g	(24)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(19.637)	(14.131)
Resultado bruto da intermediação financeira		24.652	45.265
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(23.026)</u>	<u>(19.290)</u>
Receitas de prestação de serviços	14	1.268	1.322
Rendas de tarifas bancárias	14	1.497	2.198
Despesas de pessoal	15	(9.196)	(8.482)
Outras despesas administrativas	16	(17.900)	(15.797)
Despesas tributárias	17	(5.879)	(6.809)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	4
Outras receitas operacionais	18	10.188	16.144
Outras despesas operacionais	19	(3.004)	(7.870)
Resultado operacional		1.626	25.975
Resultado não operacional		221	1.683
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		<u>1.847</u>	<u>27.658</u>
Imposto de renda sobre o lucro corrente	20	(1.251)	(3.164)
Contribuição social sobre o lucro corrente	20	(761)	(2.558)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8 e 20	<u>1.815</u>	<u>(5.806)</u>
		(197)	(11.528)
Resultado do semestre		1.650	16.130
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,01	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018***(Em milhares de Reais)*

	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultados dos períodos	<u>1.650</u>	<u>16.130</u>
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	169	288
Ajuste em investimento de coligada e controlada		(4)
Provisão para devedores duvidosos	19.636	14.131
Provisão de bens retomados - com pendências em cartórios	(208)	(1.261)
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(7)	42
Provisão para pagamentos a efetuar	(1.637)	1.360
Provisão para passivos contingentes	(671)	(1.701)
Provisão para perdas com outros valores e bens	-	769
Impostos diferidos	(1.815)	5.806
Despesa de imposto de renda e contribuição	<u>2.012</u>	<u>5.722</u>
	17.479	25.152
Resultados dos períodos ajustados	<u>19.129</u>	<u>41.282</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	4.013
Títulos e valores mobiliários	(3.916)	(2.865)
Operações de créditos	(14.545)	53.760
Outros créditos	25.664	21.925
Outros valores e bens	643	(2.342)
Relações interfinanceiras e interdependência	<u>(710)</u>	<u>(696)</u>
	7.146	73.795
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	(167.491)	(54.734)
Recursos de aceites e emissão de títulos	929	2.712
Relações interfinanceiras	212	167
Outras obrigações	(9.328)	(9.418)
Variação nas receitas antecipadas	<u>(508)</u>	<u>(656)</u>
	(176.186)	(61.929)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais	<u>(149.912)</u>	<u>53.148</u>
Impostos pagos sobre o lucro	<u>(2.173)</u>	<u>(4.572)</u>
	(152.085)	48.576
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes no Investimento	(34)	46
Dividendos recebidos de controlada		57
Aquisição no imobilizado de uso	(149)	(133)
Aquisição no intangível	<u>(198)</u>	<u>(185)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(381)</u>	<u>(215)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	-	(12.000)
Juros sobre Capital Próprio pagos	<u>(1.500)</u>	<u>(2.500)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(1.500)</u>	<u>(14.500)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(153.965)</u>	<u>33.861</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	302.796	551
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	<u>148.831</u>	<u>34.412</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(153.965)</u>	<u>33.861</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro			Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.119	993	11.461	-	116.573
Resultado do semestre	-	-	-	16.130	16.130
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Dividendos - pagos	-	-	(11.461)	(539)	(12.000)
Constituição de Reserva Legal	-	931	-	(931)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	12.160	(12.160)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	104.119	1.924	12.160	-	118.203
Saldo de mutação do semestre	-	931	699	-	1.630
Saldos em 31 de dezembro de 2018	104.119	2.030	11.410	-	117.559
Resultado do semestre	-	-	-	1.650	1.650
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Constituição de Reserva Legal	-	82	-	(82)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	68	(68)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	104.119	2.112	11.478	-	117.709
Saldos de mutação do semestre	-	82	68	-	150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e jurídica.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144 /2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível – (CPC 04 R1).

- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado – (CPC 27).

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre findos em 30 de junho de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 8** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 11** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de agosto de 2019.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos seus garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há uma amortização significativa, o que possibilita uma melhora no *rating*. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

d. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 9).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 9).

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Notas Explicativas nº 10).

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

- **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos Específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial;
- **Processos Massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais foram sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual, para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos Trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco Semear S.A. por ex-funcionários do próprio Banco Semear S.A., bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados para fins de contingenciamento apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que a medida que vão sendo proferidas as decisões o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.

- **Obrigações legais:** A provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 13).

l. Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável até agosto de 2015, sendo majorada para 20% a partir de setembro de 2015, prevalecendo assim até dezembro de 2018 em conformidade com a Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa também foram registrados com base nas respectivas alíquotas.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m. Provisões de férias e décimo terceiro salário

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);

- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	2.409	1.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez – nota 5 (*)	146.423	33.002
Total	<u>148.832</u>	<u>34.412</u>

(*) Referem-se a operações cujos vencimentos, na data efetiva da aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança no valor e resgatáveis a qualquer momento.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

a. Composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Posição bancada – nota 4	<u>146.423</u>	<u>33.002</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.902	5.004
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	75.513	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	60.008	27.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>301</u>	<u>301</u>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	301	301
Total	<u>146.724</u>	<u>33.303</u>
Circulante	<u>146.724</u>	<u>33.303</u>

b. Classificação por tipo de título e vencimentos:

Títulos	<u>2019</u>				<u>Total</u>	<u>2018</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>		<u>Total</u>
Letras Financeiras do Tesouro -LFT	10.902	-	-	-	10.902	5.004
Letras do Tesouro Nacional - LTN	75.513	-	-	-	75.513	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	60.008	-	-	-	60.008	27.998
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (*)	-	301	-	-	301	301
Total	<u>146.423</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.724</u>	<u>33.303</u>

(*) Os certificados de Depósitos Interfinanceiros possuem vencimentos superiores a 90 dias.

As aplicações interfinanceiras são mantidas com instituições financeiras reconhecidas por sua liquidez, e estão representados por títulos públicos federais, totalizando 99,79% da carteira (99,10% em dezembro de 2018) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) representando 0,21% da carteira (0,09% em dezembro de 2018).

c. Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos interfinanceiros	26	34
Posição bancada	6.000	947
Total	<u>6.026</u>	<u>981</u>

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) conforme quadro abaixo:

a. Composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Carteira própria - Livres	<u>130.970</u>	<u>93.222</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	130.970	93.222
Vinculados à prestação de garantias	<u>61</u>	<u>57</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	61	57
Total	<u>131.031</u>	<u>93.279</u>
 Circulante	 131.031	 93.279

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos:

	<u>2019</u>			<u>Valor mercado /contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>		
Títulos para negociação (i)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	87.377	33.115	10.478	131.031	131.013
Total	<u>87.377</u>	<u>33.115</u>	<u>10.478</u>	<u>131.031</u>	<u>131.013</u>
	<u>2018</u>			<u>Valor mercado /contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>		
Títulos para negociação (i)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	68.769	24.510	-	93.279	93.194
	<u>68.769</u>	<u>24.510</u>	<u>-</u>	<u>93.279</u>	<u>93.194</u>

(i) Para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do artigo 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários:

	2019	2018
Rendas de títulos de renda fixa	3.868	2.865
Total	3.868	2.865

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto:

	2019	% da	2018	% da
Produtos	Carteira		Carteira	
Capital de Giro	161.191	30%	145.377	24%
Títulos Descontados	-		18	0%
Adiant. A Depositantes	419	0%	98	0%
Conta Garantida	1.002	0%	8	0%
Crédito Pessoal	71.470	13%	63.743	11%
Financiamento Imobiliário	-		8.391	1%
Crédito Direto ao Consumidor	218.653	41%	274.091	46%
Total de operações de Crédito	452.735		491.726	
Circulante	426.437		463.915	
Não Circulante	26.298		27.811	
Devedores Por Compra de Valores e Bens	11.239	2%	-	
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	8.086	2%	27.788	5%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	65.576	12%	80.836	13%
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac.de Concessão de Crédito. (Nota 8)	84.901		108.624	
Circulante	17.481		37.994	
Não Circulante	67.420		70.630	
Total de operações de créditos e outros créditos	537.636	100%	600.350	100%
Circulante	443.918		501.909	
Não Circulante	93.718		98.441	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.104)		(27.285)	
Circulante	(23.388)		(24.118)	
Não Circulante	(1.716)		(3.167)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	(14.918)		(8.505)	
Circulante	(2.130)		(1.698)	
Não Circulante	(12.788)		(6.807)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(40.022)		(35.790)	
Circulante	(25.518)		(25.816)	
Não Circulante	(14.504)		(9.974)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	497.614		564.560	
Circulante	418.400		476.093	
Não Circulante	79.214		88.467	

b. Classificação da carteira por risco de crédito:

Níveis de Risco	% do Risco	2019		2018	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	15.996	-	-	-
A	0,5%	321.415	(1.607)	400.670	(2.003)
B	1,0%	71.318	(713)	67.813	(678)
C	3%	62.903	(1.887)	61.807	(1.854)
D	10%	19.957	(1.996)	28.274	(2.828)
E	30%	9.950	(2.985)	13.681	(4.104)
F	50%	7.149	(3.575)	4.735	(2.367)
G	70%	5.634	(3.944)	4.715	(3.301)
H	100%	23.315	(23.315)	18.655	(18.655)
Totais		537.637	(40.022)	600.350	(35.790)
Circulante		443.918	(25.518)	501.909	(25.816)
Não Circulante		93.719	(14.504)	98.441	(9.974)
Total		537.637	(40.022)	600.350	(35.790)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início do período	36.827	40.296
Constituição - operação de créditos (Nota 7d)	25.884	15.003
Reversão - operação de créditos (Nota 7d)	(6.247)	(872)
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(16.442)	(18.637)
Saldo no final	40.022	35.790

d. Despesas provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação

	2019	2018
Provisão Constituída	25.884	15.003
Reversão Constituída	(6.247)	(872)
Total	19.637	14.131

e. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	2019		2018	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria	8.500	2%	45.431	8%
Comércio	44.198	8%	21.597	4%
Serviços	120.401	22%	106.280	18%
Pessoa física	364.538	68%	427.042	70%
Totais	537.637	100%	600.350	100%

f. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	2019		2018	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	38.579	7%	45.108	8%
A vencer até 30 dias	96.878	18%	86.320	14%
A vencer de 31 a 60 dias	76.860	14%	118.830	20%
A vencer de 61 a 90 dias	51.479	10%	57.169	10%
A vencer de 91 a 180 dias	101.027	19%	117.896	20%
A vencer de 181 a 360 dias	79.095	15%	76.586	13%
A vencer após 360 dias	93.719	17%	98.441	16%
Totais	537.637	100%	600.350	100%

g. Resultado com operações de crédito

g.1 Operações de créditos

	2019	2018
Rendas de empréstimos	43.625	39.792
Rendas de financiamentos	75.178	89.117
Rendas financiamento habitacionais	81	561
Recuperação de créditos	1.566	5.751
Rendas financ. devedores por compra de vrs. e bens	644	-
Renda receita bruta de operações crédito	121.094	135.221
(-) Comissões sobre operações de crédito	(60.201)	(63.148)
Total	60.893	72.073

g.2 Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	2019	2018
Rendas de aq.credito - recebíveis de cartões de créditos	957	3.567
Rendas de aq.credito - Recebíveis de Financ.Imobiliário	4.220	7.082
Recuperação de créditos	397	-
	5.574	10.649
Prej. Cessão de Crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos	(24)	-
	(24)	-

h. Outras informações de operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2019, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$ 51.760 (R\$ 17.098 em 2018), com saldo de provisão de R\$ 1.262 (R\$ 2.927 em 2018) e saldos recuperados de R\$ 1.963 (R\$ 5.751 em 2018).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fidejussórias.

8 Outros créditos

O saldo de outros créditos, está composto por:

	2019	2018
Créditos tributários - IRPJ e CSLL - Nota (a)	72.045	74.405
Devedores por depósito em garantia (b)	17.466	16.624
Impostos e contribuições a compensar (c)	4.661	6.158
Devedores diversos - País (d)	7.414	15.497
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 7)	73.662	108.624
Devedores por compra de valores e bens	11.239	-
Prov. p/perdas em outros créd.- Com caract.de concessão de crédito (Nota 7)	(14.918)	(8.505)
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(4.071)	(6.186)
Diversos	712	3.019
Total	168.210	209.636
Circulante	29.690	56.123
Não Circulante	138.520	153.513

(a) Créditos Tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução CMN nº 3.059/2002, com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/2006, podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

A apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está em conformidade com a Instrução Normativa da RFB nº 1.591 de 5 de novembro de 2015.

Banco Semear S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019

	2019		2018		
	CSLL		CSLL		
	IRPJ	Realiz. a partir de 01.01.2019	IRPJ	Realiz. até 31.12.2018	
		Realiz. a partir de 01.01.2019		Realiz. a partir de 01.01.2019	
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	3.740	12.808	9.056	-	18.119
Alíquota	25%	15%	25%	20%	15%
Crédito tributário diferido atual (a)	935	1.921	2.264	-	2.718
Diferenças temporárias:					
Base de cálculo	172.972	172.972	162.553	88.029	74.524
Alíquota	25%	15%	25%	20%	15%
Crédito tributário diferido atual (c)	43.243	25.946	40.638	17.606	11.179
Circulante	3.619	2.169	11.262	10.496	
Não Circulante	40.559	25.698	31.640	21.007	
Total	44.178	27.867	42.902	31.503	
Movimentação do crédito tributário					
Saldo inicial	43.048	27.189	46.001	34.168	
Constituição de diferenças temporárias	17.615	10.569	4.997	3.677	
Realização de diferenças temporárias	(15.942)	(9.565)	(6.727)	(5.520)	
Variação no Período	1.673	1.004	(1.730)	(1.843)	
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	42	25	84	67	
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(585)	(351)	(1.453)	(889)	
Variação no Período	(543)	(326)	(1.369)	(822)	
Saldo Final Movimentado	44.178	27.867	42.902	31.503	
Saldo Final Contábil	44.178	27.867	42.902	31.503	

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração. Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	3.619	2.169	11.262	10.496
2º Ano	12.094	7.257	10.460	6.276
3º Ano	11.773	7.063	5.861	3.517
4º Ano	5.409	4.608	4.707	2.824
5º Ano	5.014	3.008	5.012	3.006
Acima de 5 anos	6.269	3.762	5.600	5.384
Totais	44.178	27.867	42.902	31.503

Valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 7,00% a.a. e está descontado de R\$19.321, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 52.724 (R\$ 56.338 em 2018, conforme demonstrado abaixo:

Realização do crédito tributário	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	2.899	1.737	8.913	9.563
2º Ano	9.183	5.509	4.969	8.282
3º Ano	8.353	5.012	2.578	4.297
4º Ano	3.960	3.374	1.917	3.196
5º Ano	3.659	2.196	2.087	3.478
Acima de 5 anos	4.276	2.566	3.459	3.599
Totais	32.330	20.394	23.923	32.415

- (b) Devedores por depósitos em garantias estão compostos por: i) Recursos fiscais R\$ 14.859 (R\$14.280 em 2018); ii) Depósitos ações cíveis R\$ 1.678 (R\$ 1.577 em 2018); iii) Recursos trabalhistas R\$ 927 (R\$ 765 em 2018); iv) Outros depósitos judiciais R\$ 2 (R\$ 2 em 2018).
- (c) Impostos e contribuições a compensar: conta constituída, basicamente, por antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$ 1.352 e R\$ 820, impostos e contribuições períodos anteriores R\$ 2.470 e outros impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 19.
- (d) A composição da rubrica “Devedores diversos - País” pode ser sumarizada da seguinte forma: i) Baixas em operações de crédito a processar R\$ 2.143 (R\$ 3.389 em 2018); ii) Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida R\$ 967 (R\$ 967 em 2018); iii) Contingências Judiciais Reembolsáveis R\$ 108 (R\$ 122 em 2018); iv) Serviços de correspondentes R\$ 3.070 (R\$ 9.214 em 2018), v) Baixa operações recebíveis crédito imobiliário em processo formalização R\$ 1.126 (R\$ 1.805 em 2018).

9 Outros valores e bens

O saldo de outros valores e bens, encontra-se representado por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens não de uso próprio		
Bens não de uso próprio (a)	37.255	34.288
Prov.p/desval.de outros valores e bens	(727)	(769)
Material em estoque	<u>-</u>	<u>17</u>
	36.528	33.536
Despesas antecipadas	<u>5.320</u>	<u>4.335</u>
Serviços de terceiros	374	54
Deságio por intermediação de CDB	4.877	4.281
Comissões pela captação de títulos	69	-
Total	<u>41.848</u>	<u>37.871</u>
Circulante	38.044	34.700
Não Circulante	3.804	3.171

- (e) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos as carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustado ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

10 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	<u>2019</u>				<u>2018</u>	
	Sem	Até 3	De 3 a	Acima		
	vencimento	meses	12	de 12	Total	Total
			meses	meses		
Depósitos à vista	8.134	-	-	-	8.134	6.611
Depósitos à prazo (i)	<u>-</u>	<u>159.578</u>	<u>235.006</u>	<u>340.529</u>	<u>735.113</u>	<u>644.305</u>
Total	<u>8.134</u>	<u>159.578</u>	<u>235.006</u>	<u>340.529</u>	<u>743.247</u>	<u>650.916</u>
Circulante					167.712	345.736
Não circulante					575.535	305.180

- (i) Em 2019, os dois maiores clientes, representam 47,89% e 29,45% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 79% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (47% em 2018), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas conforme classificação acima.

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019			2018	
	até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	1.527	10.970	-	12.497	21.665
Total	1.527	10.970	-	12.497	21.665
Circulante				12.497	21.665

c. Despesas com operações de captações no mercado

	2019	2018
Despesas de depósitos a prazo	(28.759)	(23.551)
Despesas de comissão pela captação	(2.541)	(1.990)
Despesas de operações compromissadas	(4)	(124)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(262)	(965)
Despesas de contribuição ao FGC	(482)	(542)
	(32.048)	(27.172)

11 Outras obrigações

O saldo do grupamento de outras obrigações, está composto por:

	2019	2018
Cobrança e arrecadação de tributos	298	380
Sociais e estatutárias	1.275	-
Contribuições fiscais e previdenciárias (a)	4.043	7.764
Cheque administrativo	13	15
Provisão despesas administrativas (b)	2.403	4.125
Provisão para passivos contingentes (c)	25.599	24.404
Provisão para garantias prestadas (e)	369	47
Credores diversos - País (d)	11.281	12.055
Total	45.281	48.790
Circulante	19.615	24.293
Não Circulante	25.666	24.496

- (a) A rubrica “Contribuições fiscais e previdenciárias” pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte: i) Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes R\$ 2.012 (R\$5.722 em 2018); ii) Impostos e contribuições a recolher R\$ 1.964 (R\$ 1.968 em 2018); iii) Provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 67 (R\$ 74 em 2018).
- (b) Provisões de despesas administrativas i) Provisões para despesas de pessoal R\$ 2.192 (R\$ 2.862 em 2018); ii) Provisão para prestadores de serviços R\$ 211 (R\$ 153 em 2018); iii) Provisão serviços de correspondentes R\$ 0 (R\$ 1.110 em 2018).

(c) Provisões para passivos contingentes.

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas (c.1)	3.754	2.866
Provisão para riscos cíveis (c.1)	1.808	2.299
Provisão fiscais e previdenciárias (c.2)	<u>20.037</u>	<u>19.239</u>
Total	<u>25.599</u>	<u>24.404</u>

(c.1) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõe a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2018	903	1.014	1.917	4.019	2.213	6.232
Adições	128	101	229	189	55	244
Baixas	<u>(104)</u>	<u>(26)</u>	<u>(130)</u>	<u>(454)</u>	<u>(460)</u>	<u>(914)</u>
Saldo em 30/06/2019	<u>927</u>	<u>1.089</u>	<u>2.016</u>	<u>3.754</u>	<u>1.808</u>	<u>5.562</u>
	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2017	731	984	1.715	3.610	6.127	9.737
Adições	41	608	649	53	180	233
Baixas	<u>(7)</u>	<u>(13)</u>	<u>(20)</u>	<u>(797)</u>	<u>(4.008)</u>	<u>(4.805)</u>
Saldo em 30/06/2018	<u>765</u>	<u>1.579</u>	<u>2.344</u>	<u>2.866</u>	<u>2.299</u>	<u>5.165</u>

Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$ 8.279 (R\$ 6.506 em 2018), sendo trabalhistas

Os processos trabalhistas com risco possível discutem, em suma, questões relacionadas à indenizações e verbas trabalhistas, estando concentrados nos seguintes processos:

- Processo nº 0011906-67.2018.5.15.0016: ex-funcionário pleiteia integração de salários supostamente pago “extra folha”, diferenças salariais, pagamento da 7ª e 8ª horas como extraordinárias e reflexos. Valor liquidado do pedido inicial R\$ 2.891.

- Processo nº 0011366-86.2018.5.03.0134: ex-funcionário pleiteia suposta diferença salarial, horas extras além da 8ª, indenização por uso de veículo, danos morais e reflexos. Valor liquidado do pedido inicial R\$ 3.255 -

(c.2) Provisões fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para PIS (i)	14.245	13.686
Provisão para INSS (ii)	3.021	2.889
Provisão para imposto de renda (iii)	1.254	1.205
Provisão para contribuição social (iii)	1.517	1.459
	20.037	19.239

- (i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$ 14.263 (R\$ 13.703 em 2018), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8- Outros créditos.
- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.
- (iii) Parte o posicionamento no total de R\$ 1.133 (IRPJ) e R\$ 1.043 (CSLL) trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). Os restantes dos valores de R\$ 121 (IRPJ) e R\$ 474 (CSLL) referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97 ano-base/96 - Majoração de alíquota.
- (iv) As movimentações das provisões para as contingências fiscais estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Em 31/12/ 2018	120	466	13.986	14.572	1.232	1.490	13.969	2.956	19.647
Adições	2	8	277	287	23	27	275	65	390
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	122	474	14.263	14.859	1.255	1.517	14.244	3.021	20.037

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Em 31/01/ 2017	116	451	13.268	13.835	1.186	1.435	13.400	2.821	18.842
Adições	2	7	435	444	19	24	286	67	396
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	118	458	13.703	14.279	1.205	1.459	13.686	2.888	19.238

(d) Credores diversos País

A composição de credores diversos - país está sumarizada da seguinte forma: i) recebimentos de créditos cedidos a repassar R\$ 893 (R\$ 656 em 2018); ii) contribuição para o FGC R\$ 153 (R\$ 179 em 2018); iii) contratos de operações de créditos a liberar R\$ 34 (R\$ 79 em 2018); iv) serviços de correspondente R\$ 8.799 (R\$ 9.243 em 2018); v) Fornecedores diversos R\$ 608 (R\$ 599 em 2018); vi) créditos a baixar de operações de crédito R\$ 389 (R\$ 596 em 2018); vii) cartões de crédito a repassar R\$ 38 (R\$ 76 em 2018); viii) créditos antecipados da carteira de recebíveis imobiliário R\$ 364 (R\$ 307 em 2018); ix) outros credores diversos R\$ 3 (R\$ 269 em 2018).

(e) Garantias Financeiras e avais prestadas

O Banco avaliou a carteira de garantias financeiras e avais prestadas, que no período totaliza R\$ 20.999 (R\$ 8.331 em 2018), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$ 369 (R\$ 47 em 2018), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 104.119 mil (R\$104.119 em 2018), representado por 64.707 mil ações ordinárias nominativas e 64.707 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

A Reserva de Lucros é representada pela Reserva Legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

Por proposta da Administração, foram destinados R\$ 82 mil (R\$931 mil em 2018) para Reserva Legal, R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 2018) para juros sobre capital próprio e R\$ 539 do resultado de 2018 e R\$ 11.461 de resultados anteriores foram distribuídos entre os acionistas através de dividendos em 2018. Relativamente o saldo restante do lucro do período, no montante de R\$ 68 mil (R\$12.160 mil em 2018), foi reclassificado para Reserva de Retenção de Lucros, para destinação futura, com o objetivo de proteção e fortalecimento do capital próprio do Banco.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, será destinado ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

As destinações do resultado dos períodos estão apresentadas a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido	1.650	16.130
Reserva legal	(82)	(931)
Juros sobre capital próprio pagos	(1.500)	(2.500)
Dividendos pagos	-	(539)
Reserva especiais de lucros	(68)	(12.160)

d. Reserva de retenção de lucros

No período, após a constituição da Reserva Legal e distribuições de lucros, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

13 Gestão de riscos e capital

A Instituição vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco Semear opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito da Instituição são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

b. Risco de Liquidez

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem

comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado da Instituição consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco Semear em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) *Value at Risk* (VaR); (ii) Testes de Estresse (*Stress Testing*); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (*Backtesting*).

d. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional da Instituição é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão

da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco Semear encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

(f) Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital

decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco Semear como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (vi) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vii) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

- Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco Semear para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o 1º semestre de 2019 com índice de Basileia de 17,45%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco Semear.

O quadro abaixo demonstra a apuração do índice de Basileia:

Detalhamento das Margens de Requerimento Relativamente ao RWA

Descrição	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	114.303	112.689
Patrimônio de Referência Nível I	114.303	112.689
Capital Principal - CP	114.303	112.689
Ativos Ponderados por Risco - RWA	654.873	697.224
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	581.102	630.418
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	-	-
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	73.771	66.806
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	29.469	31.375
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	39.292	41.833
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	52.390	60.136
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	84.834	81.314
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	75.011	70.856
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	61.913	52.554
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	17,45%	16,16%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	17,45%	16,16%
Índice de Basileia (PR/RWA)	17,45%	16,16%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular nº 3.678/2013 do Banco Central do Brasil – BCB encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

14 Rendas de Prestação de Serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	996	1.145
Rendas de garantias prestadas	<u>272</u>	<u>177</u>
Receitas de prestação de serviços:	<u>1.268</u>	<u>1.322</u>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	476	1.069
Receitas de confecção de cadastro - PJ	725	390
Outras tarifas	<u>296</u>	<u>739</u>
Rendas de tarifas bancárias:	<u>1.497</u>	<u>2.198</u>

15 Despesas com pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos	(6.102)	(6.026)
Encargos sociais	(1.819)	(1.428)
Benefícios	(1.245)	(998)
Despesas de honorários de Diretoria	<u>(30)</u>	<u>(30)</u>
	<u>(9.196)</u>	<u>(8.482)</u>

16 Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.888)	(6.265)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.145)	(1.542)
Despesas de serviços do SFN	(727)	(650)
Despesas de processamento de dados	(3.830)	(2.574)
Despesas de indenizações judiciais	(716)	(1.400)
Despesas de localização e funcionamento	(1.524)	(1.468)
Despesas de emolumentos judiciais	(901)	(523)
Despesas de <i>marketing</i> e publicações	(203)	(290)
Demais despesas administrativas	<u>(966)</u>	<u>(1.085)</u>
	<u>(17.900)</u>	<u>(15.797)</u>

17 Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	(4.505)	(5.377)
PIS	(732)	(874)
IOF bancado	(6)	(26)
ISS	(140)	(170)
ITBI/IPTU	(496)	(343)
Outros tributos municipais	-	(19)
	<u>(5.879)</u>	<u>(6.809)</u>

18 Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	1.846	1.556
Reversão de provisão bens em pendência transitória cartorial	208	1.261
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	454	796
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	460	905
Reversão de provisão sobre garantias prestadas	-	55
Taxa de permanência no recebimento de créditos	3.849	4.409
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.330	2.645
Recuperação de encargos e despesas	289	1.390
Variações monetárias ativas	379	447
Rendas de acordos operacionais	260	102
Rendas de ops.aquisição de recebíveis	52	431
Outras rendas operacionais	61	2.147
	<u>10.188</u>	<u>16.144</u>

19 Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(1.790)	(4.537)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	(8)	(3)
Variação monetária passiva	(336)	(300)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(105)	(102)
Provisão sobre garantias prestadas	(310)	(3)
Outras despesas operacionais	(3)	(9)
Provisões para pagamentos a efetuar	(209)	(2.916)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(189)	-
Provisão para contingências - Ações cíveis	(54)	-
	<u>(3.004)</u>	<u>(7.870)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

	30/06/2019		30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	1.847	1.847	27.657	27.657
Adições (exclusões) permanentes	(1.291)	(1.291)	(2.388)	(2.369)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	6.693	6.693	(6.919)	(6.923)
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(2)	(2)	(92)	(92)
Resultado líquido ajustado	7.247	7.247	18.258	18.273
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(2.174)	(2.174)	(5.477)	(5.482)
Base de cálculo tributável (c)	5.073	5.073	12.781	12.791
Alíquota-base	(761)	(761)	(1.917)	(2.558)
Alíquota adicional	(495)	-	(1.266)	-
Incentivos fiscais	5	-	19	-
Total dos impostos correntes	(1.251)	(761)	(3.164)	(2.558)
Base de cálculo tributável (b)	(2)	(2)	(92)	(92)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(46)	-	-
Passivo fiscal diferido (1)	-	7	(23)	(18)
Base de cálculo tributável (a)	6.693	6.693	(6.919)	(6.923)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	(445)
Diferenças temporárias (2)	1.673	1.004	(1.730)	(1.842)
Base de cálculo tributável (d)	(2.174)	(2.174)	(5.477)	(5.482)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	2.194
Prejuízo fiscal/base negativa (3)	(543)	(326)	(1.369)	(822)
Ativo fiscal diferido (2+3)	1.130	678	(3.099)	(2.664)
Total do impostos diferidos (1+2+3)	1.130	685	(3.122)	(2.682)

21 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	2019				Receitas (despesas) do período
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	
Pessoal chave da administração	-	26	169	40	(3.832)
Outras partes relacionadas (1)	50.539	1.143	10.494	624	(6.280)
Total	50.539	1.169	10.663	664	(10.112)

	2018				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	11	113	-	(2.798)
Outras partes relacionadas (a)	<u>79.745</u>	<u>250</u>	<u>10.197</u>	<u>265</u>	<u>(4.136)</u>
Total	<u>79.745</u>	<u>261</u>	<u>10.310</u>	<u>265</u>	<u>(6.934)</u>

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:

- R\$ 551 (R\$ 601 em 2018) provenientes de despesas com aluguéis e condomínio do período.
- R\$ 5.323 (R\$ 3.861 em 2018) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no período.
- R\$ 417 (R\$ 426 em 2018) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Séculus no período.
- R\$ 95 (R\$ 4 em 2018) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.
- R\$ 0 (R\$ 4 em 2018) provenientes de doação à entidade filantrópica.
- R\$ 0 (R\$ 4 em 2018) de receita proveniente de investimento em empresa ligada.
- R\$ 0 (R\$ 744 em 2018) de receita de cessão de crédito auferida com partes relacionadas.
- R\$ 2.226 (R\$ 290 em 2018) de remuneração paga a administração.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 122% do CDI e prazo máximo de vencimento em 2 de junho de 2022.

(a) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$ 69.951 (R\$ 79.745 em 2018) com provisão no total de R\$ 14.411 (R\$ 5.184 em 2018) referem-se ao saldo em 30 de junho de 2019 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.
- Depósitos à vista representados por R\$ 119 (R\$ 50 em 2018) de pessoa física e R\$ 1.050 (R\$ 211 em 2018) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$ 5.161 (R\$ 6.356 em 2018) de pessoas físicas e R\$ 5.502 (R\$ 3.954 em 2018) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostos de R\$ 621 (R\$ 265 em 2018) de pessoas físicas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

22 Outras informações

Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

* * *

Conselho de Administração

Artur Geraldo de Azevedo
Presidente

Ilvio Braz de Azevedo
Vice-presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Diretor-presidente

Alexandra Eliane dos Santos Oliveira
Diretora-vice-presidente

Paulo Sávio Salgado Ribeiro
Diretor

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2